



RELATÓRIO ANUAL 2019



VISÃO

"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados".

MISSÃO

"Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades".

VALORES

*Transparência - Comprometimento - Respeito
Ética - Solidariedade - Responsabilidade*

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

1º Adesão voluntária e livre
2º Gestão democrática pelos membros
3º Participação econômica dos membros

4º Autonomia e independência
5º Educação, formação e informação
6º Intercooperação
7º Interesse pela comunidade



Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração: Antônio Leonel Martins

Vice-Presidente do Conselho de Administração: Rodrigo Ferreira Mariano

Conselheiro Vogal: Olnei Trivelato Menezes

Conselho Fiscal

Efetivos

Gilvan José Carneiro

Carlos Cesara da Silva

Ismael Ferreira da Silva

Suplentes

José Adolfo Menezes

Alcelha Costa e Cunha Queiroz

José Ribeiro de Azambuja

Diretoria Executiva

Diretor Administrativo: José Antônio da Costa Gondim

Diretor de Negócios: Luiz Antônio Ferreira

Diretor de Riscos e Controles: Douglas Borges de Assis

Colaboradores

Adair Martins de Almeida Souza - Auxiliar de Serviços Gerais

Amanda Cristina Caetano Martins - Agente de Atendimento I

Clarinda Maria Vasconcelos - Agente de Atendimento I

Carolina Queiroz Leonel Cordeiro - Agente de Atendimento II

Fausto Martins de Almeida Queiroz - Gerente de Relacionamento

Flavia Barbosa de Freitas - Agente de Atendimento II

Izabel Rosaria de Queiroz e Queiroz - Supervisora de Conta Corrente

Joana Dark Franco de Araujo e Oliveira - Supervisora Administrativa

Jacksson Costa Castanheira Queiroz – Auxiliar Administrativo

Stefany Duarte Costa Ferreira - Jovem Aprendiz

Luiz Umberto de Urzedo - Supervisor de Crédito e Aplicações

Karen Karoline de Melo Araújo - Agente de Atendimento I

Karine Ferreira Rodrigues - Estagiária

Marília Gabriela Martins Queiroz Leonel - Agente de Atendimento I

Monica Paula de Barcelos - Agente de Atendimento I

Nidea Leite do Amorim - Agente de Atendimento II

Nilma Furtado Queiroz Maluf - Gerente de Negócios I

Vanessa Ferreira de Assis - Agente de Controles Internos e Riscos I

Vítor Ferreira Assis - Agente de Atendimento I

Wesley Ferreira Rezende - Agente de Atendimento I

Mensagem do Conselho de Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o relatório das atividades, balanço geral e demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Itapagipe Ltda – Sicoob Itapagipe, relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Agradecemos a participação de cada associado presente na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, evento tão importante para discutirmos e votarmos pautas imprescindíveis para o bom andamento de nossa cooperativa.

Que a chapa eleita pela assembleia possa continuar desenvolvendo o melhor trabalho possível, visando o crescimento sustentável da instituição. Para isso, continuaremos abertos ao permanente diálogo com o associado, que é a razão de existir do Sicoob Itapagipe.

Aproveito a oportunidade para mais uma vez pedir desculpas aos associados pelo transtorno das obras que estão sendo realizadas em nossa cooperativa. A reforma iniciada em janeiro visa otimizar a disposição do espaço físico da agência, seguindo as normas e padrões do Sicoob Central Crediminas. Estão sendo feitas adaptações de mobiliário, terminais de autoatendimento e climatização, entre outras, tudo para melhor acomodar a todos.

Por fim, agradeço a todos pela confiança depositada em nossa gestão. Sigamos juntos, unidos e fortes!

ANTÔNIO LEONEL MARTINS

Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Itapagipe

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. - SICOOB ITAPAGIPE na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB ITAPAGIPE completou 26 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB ITAPAGIPE obteve um resultado de R\$ 2.918.652,88 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 10,55%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 46.832.216,26. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 29.246.938,35.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 20.312.726,04	69,45%
Carteira Comercial	R\$ 8.934.212,31	30,55%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 25,41% da carteira, no montante de R\$ 7.432.010,36.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 34.801.767,43, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 6,58%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 9.527.557,24	27,38%
Depósitos a Prazo	R\$ 25.274.210,19	72,62%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 39,87% da captação, no montante de R\$ 13.876.396,88.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB ITAPAGIPE era de R\$ 25.824.571,92. O quadro de associados era composto por 2.783 cooperados, havendo um acréscimo de 0,51% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB ITAPAGIPE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,78% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo

de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle,

além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada três anos na AGO, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB ITAPAGIPE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio

do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB ITAPAGIPE registrou 04 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 04 reclamações, toda foram consideradas improcedentes e respondidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional(CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição

das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Itapagipe (MG), 12 de fevereiro de 2020.

**Conselho de Administração e
Diretoria**

ATIVO

COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA.
 SICOOB ITAPAGIPE
 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Valores expressos reais – R\$)



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE ITAPAGIPE LTDA - SICOOB ITAPAGIPE
 CNPJ: 71.506.513/0001-17

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante	Nota	61.553.572,33	60.835.415,55
Disponibilidades		408.616,56	51.211,25
Relações Interfinanceiras	5	46.832.216,26	47.227.040,38
Centralização Financeira - Cooperativas		46.832.216,26	47.227.040,38
Operações de Crédito	6	13.972.269,72	13.166.656,59
Operações de Crédito		14.439.769,50	14.089.191,61
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(467.499,78)	(922.535,02)
Outros Créditos	7	322.479,10	380.293,15
Créditos por Avais e Fianças Honrados		17.144,20	20.494,43
Rendas a Receber		183.041,83	237.922,41
Diversos		136.883,03	136.618,57
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(14.589,96)	(14.742,26)
Outros Valores e Bens	8	17.990,69	10.214,18
Despesas Antecipadas		17.990,69	10.214,18
Realizável a Longo Prazo		16.003.505,23	10.905.426,15
Operações de Crédito	6	14.436.792,38	9.341.293,22
Operações de Crédito		14.807.168,85	9.709.013,49
Outros Créditos		(370.376,47)	(367.720,27)
Diversos	7	1.566.712,85	1.564.132,93
		1.566.712,85	1.564.132,93
Permanente			
Investimentos		3.964.741,46	3.702.868,47
Participações em Cooperativas	9	3.325.352,77	3.144.469,16
Outros Investimentos		3.277.230,23	3.096.346,62
Imobilizado em Uso		48.122,54	48.122,54
Imóveis de Uso	10	639.388,69	558.399,31
Outras Imobilizações de Uso		440.118,26	440.118,26
(Depreciações Acumuladas)		1.095.926,11	940.891,43
TOTAL DO ATIVO		(896.655,68)	(822.610,38)
		81.521.819,02	75.443.710,17

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA.
SICOOB ITAPAGIPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos reais – R\$)



PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
Circulante	Nota	42.697.337,28	39.504.326,89
Depósitos	11	34.801.767,43	32.654.342,00
Depósitos à Vista		9.527.557,24	8.921.652,47
Depósitos a Prazo		25.274.210,19	23.732.689,53
Relações Interfinanceiras	12	6.693.918,02	5.587.575,63
Repasse Interfinanceiros		6.693.918,02	5.587.575,63
Relações Interdependências	13	34.641,49	422.453,81
Recursos em Trânsito de Terceiros		34.641,49	422.453,81
Outras Obrigações	14	1.167.010,34	839.955,45
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		9.671,26	3.304,53
Social e Estatutárias		605.685,48	386.527,88
Fiscais e Previdenciárias		120.157,30	109.075,57
Diversas		431.496,30	341.047,47
Exigível a Longo Prazo		11.169.173,42	9.901.087,05
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		110.548,99	-
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		110.548,99	-
Relações Interfinanceiras		9.484.868,21	8.324.467,48
Repasse Interfinanceiros	12	9.484.868,21	8.324.467,48
Outras Obrigações	14	1.573.756,22	1.576.619,57
Diversas		1.573.756,22	1.576.619,57
Patrimônio Líquido	16	27.655.308,32	26.038.296,23
Capital Social		17.971.313,56	17.838.674,67
De Domiciliados no País		17.972.171,06	17.848.770,16
(Capital a Realizar)		(857,50)	(10.095,49)
Reserva de Lucros		8.675.379,58	7.414.610,62
Sobras Acumuladas		1.008.615,18	785.010,94

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. -

SICOOB ITAPAGIPE

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

		2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
	Nota			
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		2.291.190,59	4.527.820,32	4.731.724,92
Operações de Crédito	6.h	2.291.190,59	4.527.820,32	4.731.724,92
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(1.348.748,09)	(2.179.367,90)	(3.438.538,90)
Operações de Captação no Mercado	11	(712.617,68)	(1.439.515,72)	(1.464.772,97)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12	(464.119,03)	(896.048,55)	(984.097,00)
Provisão para Operações de Créditos		(172.011,38)	156.196,37	(989.668,93)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		942.442,50	2.348.452,42	1.293.186,02
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		332.174,55	693.252,59	1.127.145,08
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		450.452,98	843.875,29	764.354,28
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		338.053,64	646.786,18	579.987,37
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(1.061.608,63)	(2.070.674,40)	(1.926.492,96)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(878.031,38)	(1.672.001,65)	(1.655.100,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(37.534,24)	(74.860,22)	(67.156,81)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.409.467,69	2.936.680,21	2.895.942,21
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	233.437,57	577.311,07	920.468,47
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(122.063,08)	(493.863,89)	(384.856,81)
Resultado Operacional		1.274.617,05	3.041.705,01	2.420.331,10
Resultado Não Operacional	21	817,31	26.919,64	3.930,01
Resultado Antes da Tributação/Participações		1.275.434,36	3.068.624,65	2.424.261,11
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(25.353,02)	(45.684,75)	(35.615,11)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(22.783,53)	(42.492,73)	(39.194,62)
Participação no Lucro (Sobra)		(31.867,12)	(61.794,29)	(59.560,71)
Sobras / Perdas antes das Destinações		1.195.430,69	2.918.652,88	2.289.890,67
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16.d	-	(1.599.486,20)	(1.177.516,40)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(338.717,24)	(196.252,73)
Reserva Legal		-	(1.260.768,96)	(981.263,67)
Sobras / Perdas antes dos Juros ao Capital		1.195.430,69	1.319.166,68	1.112.374,27
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		148.837,59	310.551,50	327.363,33
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		1.046.593,10	1.008.615,18	785.010,94

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. -

SICOOB ITAPAGIPE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE ITAPAGIPE LTDA - SICOOB ITAPAGIPE

CNPJ: 71.506.513/0001-17

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldos em 31/12/2017	17.067.127,22	(27.696,69)	6.433.346,95	1.378.914,12	24.851.691,60
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(408.512,31)	(408.512,31)
Ao Capital	967.138,63	-	-	(967.138,63)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(3.263,18)	(3.263,18)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	381.886,32	17.601,20	-	-	399.487,52
Por Devolução (-)	(887.860,24)	-	-	-	(887.860,24)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.289.890,67	2.289.890,67
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(327.363,33)	(327.363,33)
Integralização de Juros ao Capital	322.050,93	-	-	-	322.050,93
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.572,70)	-	-	-	(1.572,70)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	981.263,67	(981.263,67)	-
. F A T E S	-	-	-	(196.252,73)	(196.252,73)
Saldos em 31/12/2018	17.848.770,16	(10.095,49)	7.414.610,62	785.010,94	26.038.296,23
Saldos em 31/12/2018	17.848.770,16	(10.095,49)	7.414.610,62	785.010,94	26.038.296,23
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(232.626,15)	(232.626,15)
Ao Capital	552.215,33	-	-	(552.215,33)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(169,46)	(169,46)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	391.693,38	9.237,99	-	-	400.931,37
Por Devolução (-)	(1.122.914,55)	-	-	-	(1.122.914,55)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.918.652,88	2.918.652,88
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(310.551,50)	(310.551,50)
Integralização de Juros ao Capital	303.689,64	-	-	-	303.689,64
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.282,90)	-	-	-	(1.282,90)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(86.563,45)	(86.563,45)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	1.260.768,96	(1.260.768,96)	-
. F A T E S	-	-	-	(252.153,79)	(252.153,79)
Saldos em 31/12/2019	17.972.171,06	(857,50)	8.675.379,58	1.008.615,18	27.655.308,32
Saldos em 30/06/2019	18.012.563,28	(2.561,09)	7.414.610,62	1.561.508,28	26.986.121,09
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	246.046,67	1.703,59	-	-	247.750,26
Por Devolução (-)	(588.845,63)	-	-	-	(588.845,63)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.195.430,69	1.195.430,69
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(148.837,59)	(148.837,59)
Integralização de Juros ao Capital	303.689,64	-	-	-	303.689,64
IRRF Sobre Juros ao Capital	(1.282,90)	-	-	-	(1.282,90)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(86.563,45)	(86.563,45)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	1.260.768,96	(1.260.768,96)	-
. F A T E S	-	-	-	(252.153,79)	(252.153,79)
Saldos em 31/12/2019	17.972.171,06	(857,50)	8.675.379,58	1.008.615,18	27.655.308,32

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FLUXO DE CAIXA

COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. -

SICOOB ITAPAGIPE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos reais – R\$)

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE ITAPAGIPE LTDA - SICOOB ITAPAGIPE

CNPJ: 71.506.513/0001-17

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras Líquidas Ajustadas	1.064.846,15	2.159.842,67	1.557.419,26
Sobras/Perdas Líquidas antes das destinações Estatutárias	1.195.430,69	2.918.652,88	2.289.890,67
Provisão para IRPJ / CSLL	27.616,87	27.616,87	13.175,44
Provisão para Operações de Crédito	26.154,44	(452.379,04)	(327.686,18)
Depreciações e Amortizações	39.663,52	76.744,30	76.524,76
Distribuição de Sobras da Cooperativa Central - Capitalização	-	(58.739,74)	(92.252,37)
Juros ao Capital Recebido	(111.257,39)	(111.257,39)	(142.845,72)
Gratificação/Participação/Premiação aos Empregados	31.867,12	61.327,66	59.560,71
Provisão de Juros ao Capital	(148.837,59)	(310.551,50)	(327.363,33)
Provisão para passivos contingentes	4.208,49	55.334,37	102.265,43
Depósitos em Garantia	-	(46.905,74)	(93.850,15)
Variação de Ativos e Obrigações	(4.216.833,68)	(1.092.432,61)	6.702.885,96
Aumento/ Redução em Ativos	(4.891.711,60)	(5.409.250,47)	2.411.127,40
Operações de Crédito	(4.956.780,10)	(5.448.733,25)	2.397.622,18
Outros Créditos	23.712,47	47.259,29	10.993,53
Outros Valores e Bens	41.356,03	(7.776,51)	2.511,69
Redução / Aumento em Passivos	674.877,92	4.316.817,86	4.291.758,56
Depósitos a Vista	(1.501.158,00)	605.904,77	1.486.307,00
Depósitos a Prazo	269.630,65	1.541.520,66	2.154.581,26
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	110.548,99	110.548,99	-
Outras Obrigações	81.758,85	179.912,64	(153.939,93)
Relações Interdependências	(7.167,82)	(387.812,32)	405.113,03
Relações Interfinanceiras	1.721.265,25	2.266.743,12	399.697,20
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(3.151.987,53)	1.067.410,06	8.260.305,22
Atividades de Investimentos			
Inversões em Imobilizado de Uso	(143.072,41)	(157.733,68)	(41.908,95)
Inversões em Investimentos	-	(10.886,48)	(207.694,66)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(143.072,41)	(168.620,16)	(249.603,61)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	247.750,26	400.931,37	399.487,52
Devolução de Capital à Cooperados	(588.845,63)	(1.122.914,55)	(887.860,24)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(169,46)	(3.263,18)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(232.626,15)	(408.512,31)
Integralização de Juros ao Capital	303.689,64	303.689,64	322.050,93
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.282,90)	(1.282,90)	(1.572,70)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(86.563,45)	(86.563,45)	-
FATES Sobras Exercício	(252.153,79)	(252.153,79)	(196.252,73)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(377.405,87)	(991.089,29)	(775.922,71)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(3.672.465,81)	(92.299,39)	7.234.778,90
Modificações em Disponibilidades Líquida	-	-	-
No Início do Período	51.096.340,46	47.516.174,04	40.281.395,14
No Fim do Período	47.423.874,65	47.423.874,65	47.516.174,04
Variação Líquida das Disponibilidades	(3.672.465,81)	(92.299,39)	7.234.778,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas

Explicativas

COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. - SICOOB ITAPAGIPE CNPJ - 71.506.513/0001-17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE ITAPAGIPE LTDA. - SICOOB ITAPAGIPE é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 23/10/1993, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de

cooperativas de crédito.

O SICOOB ITAPAGIPE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas

conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12/02/2020.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os

ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização

dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a

vida útil econômica dos bens.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos

são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o

resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	408.616,56	51.211,25
Relações interfinanceiras – centralização financeira	46.832.216,26	47.227.040,38
Centralização Financeira	183.041,83	237.922,41
Total	47.423.874,65	47.516.174,04

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	46.832.216,26	47.227.040,38

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB Central Crediminas conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$2.936.680,21 e R\$2.895.942,21.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	21.240,44	-	21.240,44	28.336,07
Cheque Especial / Conta Garantida	818.904,37	-	818.904,37	729.238,39
Empréstimos	3.411.000,29	919.993,15	4.330.993,44	5.085.237,98
Financiamentos	1.161.014,47	2.063.228,32	3.224.242,79	1.594.536,65
Títulos Descontados	538.831,27	-	538.831,27	232.291,38
Financiamento Rurais	8.488.778,66	11.823.947,38	20.312.726,04	16.128.564,63
(-) Provisão para Perda com Operações de Crédito	(467.499,78)	(370.376,47)	(837.876,25)	(1.290.255,29)
Total	13.972.269,72	14.436.792,38	28.409.062,10	22.507.949,81

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tit. Desc. *	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA		Normal	440.579,50	83.650,16	1.903.576,28	2.427.805,94	-	142.006,44	-
A	0,5%	Normal	2.100.642,84	1.911.179,86	13.171.693,77	17.183.516,47	85.917,64	5.647.502,69	28.237,54
B	1%	Normal	1.448.890,31	640.799,30	3.910.860,91	6.000.550,52	60.005,54	12.467.031,60	124.670,41
B	1%	Vencidas	19.648,82	9.046,74	-	28.695,56	286,96	250,12	2,50
C	3%	Normal	833.393,12	449.235,73	1.008.382,44	2.291.011,29	68.730,38	3.436.787,91	103.103,72
C	3%	Vencidas	64.088,76	-	16.698,88	80.787,64	2.423,63	10.116,00	303,48
D	10%	Normal	201.309,61	71.803,76	221.381,63	494.495,00	49.449,53	828.117,94	82.811,86
D	10%	Vencidas	50.836,86	26.412,24	1.575,67	78.824,77	7.882,48	14.707,38	1.470,74
E	30%	Normal	21.476,49	20.366,82	15.781,03	57.624,34	17.287,31	228.589,32	68.576,85
E	30%	Vencidas	11.818,88	11.748,18	-	23.567,06	7.070,12	44.015,71	13.204,72
F	50%	Normal	3.068,19	-	13.169,36	16.237,55	8.118,78	57.509,30	28.754,67
F	50%	Vencidas	11.394,76	-	-	11.394,76	5.697,38	104.018,14	52.009,11
G	70%	Normal	629,53	-	7.601,25	8.230,78	5.761,55	84.382,13	59.067,54
G	70%	Vencidas	83.172,54	-	-	83.172,54	58.220,81	17.094,24	11.965,98
H	100%	Normal	186.326,36	-	-	186.326,36	186.326,36	270.964,61	270.964,61
H	100%	Vencidas	232.692,95	-	42.004,82	274.697,77	274.697,77	445.111,57	445.111,57
Total Normal			5.236.315,95	3.177.035,63	20.252.446,67	28.665.798,25	481.597,09	23.162.891,94	766.187,19
Total Vencido			473.653,57	47.207,16	60.279,37	581.140,10	356.279,16	635.313,16	524.068,10
Total Geral			5.709.969,52	3.224.242,79	20.312.726,04	29.246.938,35	837.876,25	23.798.205,10	1.290.255,29
Provisões			(572.228,69)	(48.987,63)	(216.659,93)	(837.876,25)		(1.290.255,29)	
Total Líquido			5.137.740,83	3.175.255,16	20.096.066,11	28.409.062,10		22.507.949,81	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	1.221.959,18	2.189.041,11	919.993,15	4.330.993,44
Títulos Descontados	-	453.292,18	85.539,09	-	538.831,27
Financiamentos	-	319.128,82	841.885,65	2.063.228,32	3.224.242,79
Financiamentos Rurais	-	1.429.889,39	7.058.889,27	11.823.947,38	20.312.726,04
Adiantamento a Depositantes	21.240,44	-	-	-	21.240,44
Cheque Especial / Conta Garantida	818.904,37	-	-	-	818.904,37
Total	840.144,81	3.424.269,57	10.175.355,12	14.807.168,85	29.246.938,35

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Títulos Descontados	Empréstimos/Financiamentos	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	92.161,93	298.392,03	780.828,57	-	1.171.382,53	4,01%
Setor Privado - Serviços	105.627,18	24.562,29	638.801,55	-	768.991,02	2,63%
Pessoa Física	642.355,70	215.876,95	6.135.606,11	20.312.726,04	27.306.564,80	93,37%
TOTAL	840.144,81	538.831,27	7.555.236,23	20.312.726,04	29.246.938,35	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	1.290.255,29	1.617.941,47
Constituições/Reversões no período	(156.044,07)	996.429,39
Transferência para Prejuízo no período	(296.334,97)	(1.324.115,57)
Total	837.876,25	1.290.255,29

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	717.925,44	2,46%	773.228,75	3,25%
10 Maiores Devedores	4.644.569,61	15,89%	3.455.102,86	14,51%
50 Maiores Devedores	12.436.114,70	42,54%	9.219.718,03	38,71%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.884.673,54	815.038,33
Valor das operações transferidas no período	296.334,97	1.324.115,57
Valor das operações recuperadas no período	(575.088,10)	(251.499,15)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(37.707,67)	(2.981,21)
Total	1.568.212,74	1.884.673,54

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a depositantes	31.822,14	43.683,64
Rendas de Empréstimos	2.113.565,59	2.534.956,65
Rendas de Títulos Descontados	105.549,51	45.284,23
Rendas de Financiamentos	434.535,99	401.138,29
Rendas de Financiamentos Rurais	1.265.467,27	1.452.671,85
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	576.879,82	253.990,26
Total de Operações de Crédito	4.527.820,32	4.731.724,92

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados	17.144,20	20.494,43
Rendas a Receber (a)	183.041,83	237.922,41
Devedores por Depósito e Garantia (b)	1.566.712,85	1.564.132,93
Títulos e Créditos a Receber (c)	25.167,75	24.447,05
Devedores Diversos (d)	111.715,28	112.171,52
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(14.589,96)	(14.742,26)
Total	1.889.191,95	1.944.426,08

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: e receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$183.041,83);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$313.842,48), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$1.087.801,49) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$165.068,88);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$25.167,75);

(d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamentos de férias aos colaboradores (R\$1.215,09), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$7.001,28) e outros (R\$103.498,91)

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco	Avais e Fianças Honrados 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Avais e Fianças Honrados 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30%	3.396,33	(1.018,90)	3.448,17	(1.034,45)
F 50%	-	-	468,12	(234,06)
G 70%	589,36	(412,55)	10.347,96	(7.243,57)
H 100%	13.158,51	(13.158,51)	6.230,18	(6.230,18)
Total Geral	17.144,20	(14.589,96)	20.494,43	(14.742,26)
Provisões	(14.589,96)		(14.742,26)	
Total Líquido	2.554,24		5.752,17	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas (a)	17.990,69	10.214,18

a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 10.851,74, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, contribuição cooperativista e confederativa e contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os investimentos estão assim compostos:

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Terrenos	a.a.	290.881,40	290.881,40
Edificações	-	149.236,86	149.236,86
Móveis e Equipamentos	4%	313.590,48	304.640,48
Sistema de Processamento de Dados	10%	552.625,19	423.776,78
Sistemas de Comunicação	20%	28.467,15	23.837,15
Sistema de Transportes	10%	100.000,00	100.000,00
Sistema de Segurança	20%	101.243,29	88.637,02
TOTAL	10%	1.536.044,37	1.381.009,69
Depreciação acumulada		(896.655,68)	(822.610,38)
TOTAL		639.388,69	558.399,31

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	9.527.557,24	8.921.652,47
Depósito a Prazo	25.274.210,19	23.732.689,53
Total	34.801.767,43	32.654.342,00

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	3.159.843,80	9,20%	2.547.789,45	10,97%
10 Maiores Depositantes	10.394.897,11	30,27%	9.670.821,32	41,65%
50 Maiores Depositantes	19.877.770,73	57,88%	16.457.919,13	70,87%

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	1.386.355,07	1.415.680,80
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	548,99	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	52.611,66	49.092,17
Total Despesas com Captação no Mercado	1.439.515,72	1.464.772,97

a) Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	110.548,99	-

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos e com prazos de vencimentos conforme resolução CMN nº 4410/2015.

12. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
BANCOOB	De 2% até 8,5% a.a.	03/09/2029	16.178.786,23	13.912.043,11

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
BANCOOB	(896.048,55)	(984.097,00)

13. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de Pagamento	-	360.000,00
Concessionários de Serviços Públicos	34.641,49	62.453,81
Total	34.641,49	422.453,81

14. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.671,26	3.304,53
Sociais e Estatutárias	605.685,48	386.527,88
Fiscais e Previdenciárias	120.157,30	109.075,57
Diversas	2.005.252,52	1.917.667,04
TOTAL	2.740.766,56	2.416.575,02

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	344.443,35	198.285,09
Cotas de capital a pagar (b)	199.914,47	128.682,08
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	61.327,66	59.560,71
Total	605.685,48	386.527,88

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2020.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	27.616,87	13.175,44
Impostos e contribuições a recolher	92.540,43	95.900,13
Total	120.157,30	109.075,57

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Pessoal	193.322,07	182.507,44
Outras Despesas Administrativas (a)	145.204,12	27.563,98
Cheques Descontados (b)	11.635,71	5.719,25
Credores Diversos – País (c)	32.430,11	83.857,89
Provisão para Garantias Prestadas (d)	54.991,67	52.898,49
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.567.668,84	1.565.119,99
Total	2.005.252,52	1.917.667,04

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com manutenção e conservação de bens (R\$103.692,41), seguros a pagar (R\$8.463,10), seguro prestamista (R\$25.914,39) e outras (R\$7.134,22);

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2019;

(c) Referem-se a diferença de caixa (R\$1.528,51), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$25.686,19) e outros (R\$5.215,41);

(d) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições

financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível/Percentual de Risco	Coobrigações 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Coobrigações 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	346.533,31	-	396.070,45	-
A 0,5%	2.073.099,59	(10.365,63)	1.234.922,66	(6.174,69)
B 1%	495.698,64	(4.957,06)	1.147.812,33	(11.477,91)
C 3%	202.902,02	(6.087,09)	373.864,63	(11.215,99)
D 10%	54.070,49	(5.407,08)	84.347,66	(8.434,75)
E 30%	1.870,25	(561,08)	11.265,65	(3.379,70)
F 50%	960,59	(480,31)	6.109,48	(3.054,78)
G 70%	-	-	697,12	(487,98)
H 100%	27.133,42	(27.133,42)	8.672,69	(8.672,69)
Total	3.202.268,31	(54.991,67)	3.263.762,67	(52.898,49)

(e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB ITAPAGIPE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por

cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	17.971.313,56	17.838.674,67
Associados	2.783	2.769

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício de 2018 no valor de R\$785.010,94 da seguinte forma:

70% - R\$552.215,33 – Destinada ao capital social
30% - R\$232.795,61 – Destinada a conta corrente

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da

cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	2.608.101,38	1.962.527,34
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(86.563,45)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	2.521.537,93	1.962.527,34
Destinações estatutárias	(1.512.922,75)	(1.177.516,40)
Reserva legal – 50%	(1.260.768,96)	(981.263,67)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(252.153,79)	(196.252,73)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.008.615,18	785.010,94

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado bruto de atos não cooperativos	331.704,85	315.192,42
Despesas específicas de atos não cooperativos	26.919,64	3.930,01
Resultado de atos não cooperativos antes do IR e CSLL	358.634,49	319.122,43
Imposto de Renda e CSLL	(88.177,48)	(74.809,72)
Resultado de atos não cooperativos antes das deduções	270.457,01	244.312,71
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(183.893,56)	(263.519,17)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	86.563,45	(19.206,47)

O resultado de atos não cooperativos quando positivo é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

18. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital

do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	14.693,57	201.510,87
Reversão de Outras Provisões Operacionais	44.759,14	45.317,25
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	64.940,15	63.613,96
Rendas de Repasses Interfinanceiros	11.288,35	6.486,02
Atualização de Depósitos Judiciais	46.905,74	93.850,15
Rendas de Cartões	175.954,25	165.931,42
Dividendos	10.887,08	9.283,10
Distribuição de Sobras da Central	96.625,34	141.162,34
Juros ao Capital pago pelo Central	111.257,39	142.845,72
Outras Rendas Operacionais	0,06	50.467,64
Total	577.311,07	920.468,47

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(43.799,58)	(74.522,56)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(53.368,66)	(57.046,83)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(634,39)	(1.381,15)
Provisão para Passivos Contingentes	(55.334,37)	(99.090,49)
Passivo Trabalhistas	(189.416,55)	(3.174,94)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(18.767,93)	(11.668,45)
Outras Despesas Operacionais	(21.510,01)	(34.394,05)
Perdas Operacionais Diversas	(30,38)	(2.500,00)
Provisão para Garantias Prestadas	(67.033,33)	(9.806,98)
Contribuições ao Fundo de Ressarc. Fraudes Externas	-	(726,47)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. Perdas Operacionais	-	(290,88)
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(49.277,16)
Outras Contribuições Diversas (FRV)	(15.996,40)	(10.254,82)
Contribuições ao Fundo de Invest. Tecnologia da Informação	(27.972,29)	(30.722,03)
Total	(493.863,89)	(384.856,81)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	26.949,64	5.618,81
Outras Rendas Não Operacionais	0,03	-
Perdas de Capital	(30,03)	(1.688,80)
Resultado Líquido	26.919,64	3.930,01

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	822.278,09	1,62%	5.925,43
TOTAL	822.278,09	1,62%	5.925,43
Montante das Operações Passivas	204.500,00	1,06%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.065,99	274,23	1,72%
Crédito Rural	704.300,73	6.952,29	3,47%
Empréstimo	35.444,55	891,69	0,82%
Financiamento	48.285,97	241,43	1,50%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	78.599,59	0,83%	0%
Depósitos a Prazo	33.074,08	0,13%	0,33%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,36%
Financiamento	1,14%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	88,49%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	0,32%
Crédito Rural (modalidades)	1,83%
Aplicações Financeiras	1,06%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	523.525,80
Empréstimo	144.314,44

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
32.463,24	34.397,74

i) No exercício de 2019 os

benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)	
Descrição	31/12/2019
Honorários	319.744,20
Gratificações da Diretoria	42.981,88
Conselheiros de Administração	152.349,95
FGTS Diretoria	38.427,21
INSS	109.291,12
Total	662.794,36

23. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB ITAPAGIPE em conjunto com outras cooperativas singulares é filiado à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos

recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ITAPAGIPE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2019
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	46.832.216,26
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	3.277.230,23

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/08/2019, com opinião sem modificação.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do

Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira

de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- a) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- b) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- c) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- d) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- e) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- f) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito

objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de

contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.202.268,31 (31/12/2018 - R\$ 3.263.762,67), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR

estava em conformidade.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	313.842,48	313.842,48	304.407,16	304.407,16
PIS FOLHA	166.024,87	165.068,88	152.851,42	151.864,36
COFINS	1.087.801,49	1.087.801,49	1.055.097,98	1.055.097,98
Total	1.567.668,84	1.566.712,85	1.565.119,99	1.564.132,93

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB ITAPAGIPE, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

Itapagipe (MG), 12 de fevereiro de 2020.

José Antônio da Costa Gondim
Diretor Administrativo

Luiz Antônio Ferreira
Diretor de Negócios

Douglas Borges de Assis
Diretor de Riscos e Controles

André Luiz Neri
Contador – CRCMG 075.675

Parecer da Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Itapagipe Ltda. - Sicoob Itapagipe
Itapagipe / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Itapagipe Ltda. - Sicoob Itapagipe, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Itapagipe em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade

com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG,
21 de fevereiro de 2020.

Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750

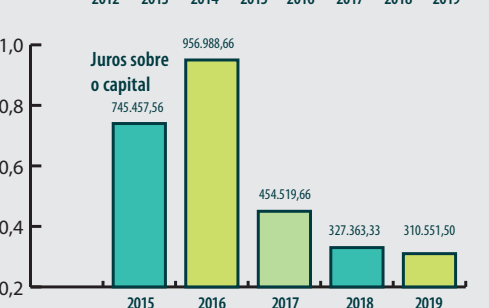
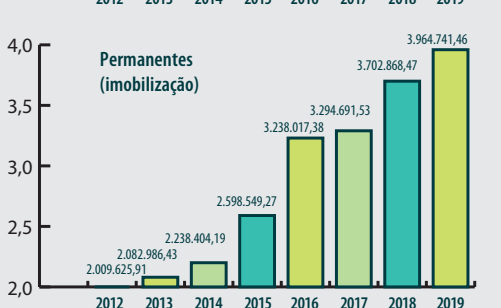
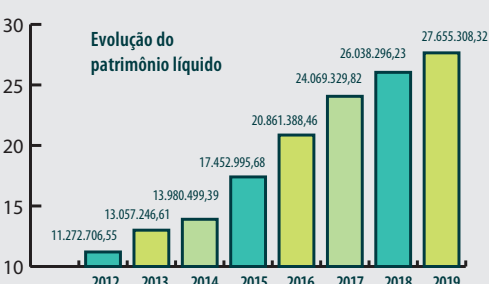
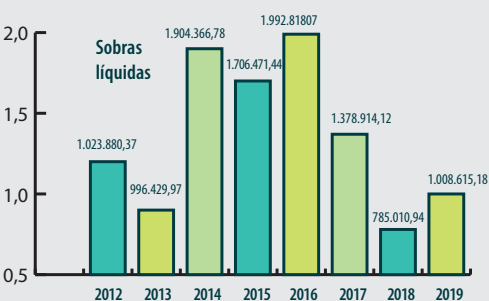
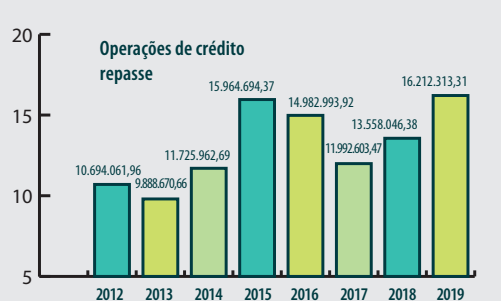
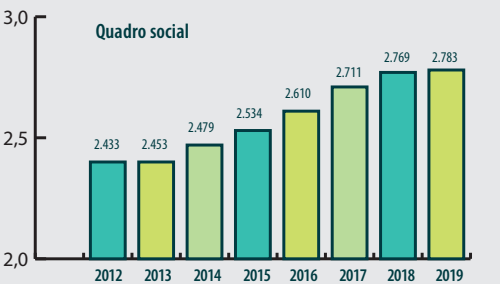
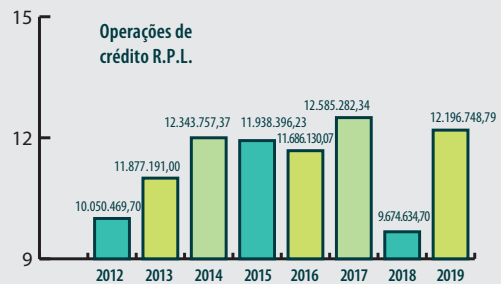
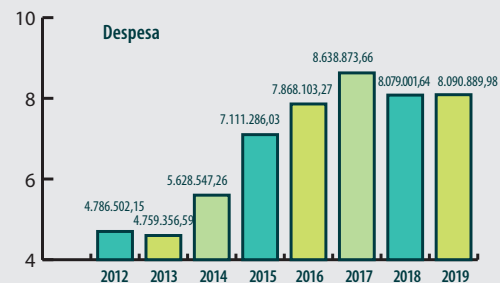
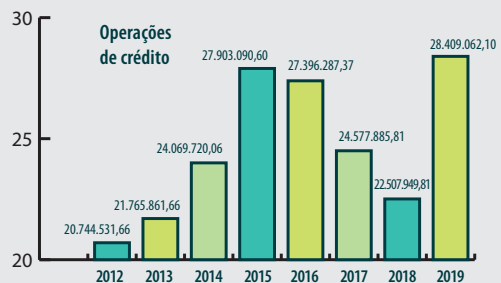
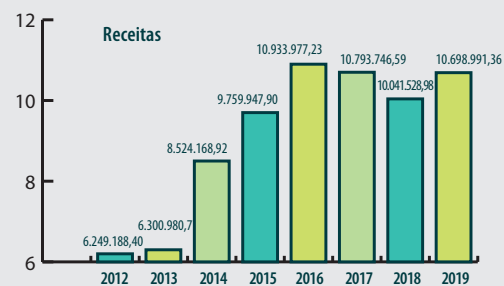
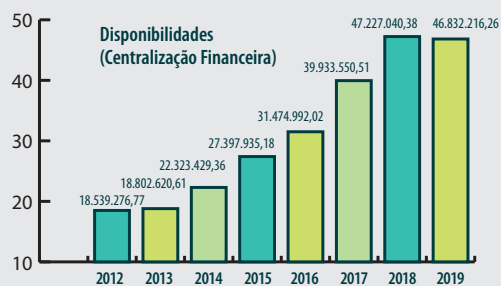
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Itapagipe Ltda. - SICOOB ITAPAGIPE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base no relatório dos Auditores Independentes – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, emitido em 21 de fevereiro de 2020, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB ITAPAGIPE.

Itapagipe (MG), 21 de fevereiro de 2020.

Conselheiros Fiscais Efetivos

CARLOS CESARA DA SILVA
GILVAN JOSÉ CARNEIRO
ISMAEL FERREIRA DA SILVA



Direitos e Deveres do Associado

DIREITOS DOS ASSOCIADOS

- Tomar parte das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos tratados;
- Votar e ser votado nas Assembléias Gerais;
- Beneficiar-se das operações e serviços da Cooperativa de acordo com o Estatuto;
- Examinar e pedir informações por escrito sobre as Assembléias;
- Desligar-se da Cooperativa a qualquer tempo;
- Possuir recibos nominativos de suas cotas-partes;
- Tratamento igualitário entre todos os associados;
- Participação nas sobras líquidas do exercício financeiro proporcional às operações realizadas pelo associado;
- Não ser discriminado por raça, Religião ou posição social;
- Contratar empréstimos e financiamentos após 30 dias de associação.

DEVERES DOS ASSOCIADOS

- Subscrever-se e integralizar as quotas-partes do seu capital social;
- Cumprir o Estatuto Social, regimentos e regulamentos internos da Cooperativa;
- Satisfazer seus compromissos perante a Cooperativa;
- Zelar pelos interesses morais e materiais da Cooperativa;
- Responder limitadamente pelos compromissos da Cooperativa, até o valor das quotas-partes;
- Não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na Cooperativa;
- Movimentar, preferencialmente, sua poupança e economias na Cooperativa;
- Responder pelas obrigações sociais;
- Não ceder o capital integralizado a terceiros estranhos à Cooperativa.



SICOOB
Itapagipe



www.sicoobitapagipe.com.br



SicoobItapagipe



Avenida 7, nº 575 - Centro
Itapagipe, Minas Gerais, Brasil



(34) 3424-9711

